

JORNADA NACIONAL DE

LUTA
10 NOV.

POR UMA
NOVA POLÍTICA

CGTP
Intersindical Nacional

O país confronta-se com graves problemas económicos e sociais, em resultado de políticas de direita adoptadas por sucessivos governos e da persistente ineficiência do sector empresarial privado. A progressiva destruição do tecido produtivo em vários sectores de actividade, que resulta a destruição de milhares de postos de trabalho, a não assumpção de políticas de coesão social, a diminuição real dos salários para centenas de milhar de trabalhadores, o aumento da precariedade e o preocupante agravamento do desemprego, o não cumprimento dos direitos no trabalho, o boicote patronal à contratação colectiva, o crescente aumento do custo de vida e a deterioração das condições de vida da maioria da população são as consequências mais visíveis das erradas opções políticas e económicas que vêm sendo seguidas. A acção do patronato refina métodos e práticas de exploração e revela não ter qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado. As orientações fun-

damentais de política económica e social do actual Governo, até agora apresentadas, não constituem a resposta necessária e urgente para os problemas do país.

Os trabalhadores têm sofrido um ataque sistematizado e brutal dirigido contra os seus direitos individuais e colectivos, cuja dimensão não encontra paralelo desde há muitos anos. Esta ofensiva atinge de forma violenta os trabalhadores da administração pública mas existe também nos do sector privado, sobre os quais o patronato tem intensificado a exploração e acção repressivas, contando com a cobertura do Governo e a inoperância da Inspeção Geral do Trabalho e dos tribunais. É demagógica e desonesta a forma como o governo procura colocar os trabalhadores uns contra os outros para a seguir retirar direitos a todos (Administração Pública e privados)!

PELO EMPREGO, LUTA CONTRA O DESEMPREGO

É preciso fazer uma ruptura com esta política! Há que inverter as políticas erradas que têm sido seguidas e que acentuam dificuldades estruturais da economia portuguesa! Há que romper com o modelo de produção baseado em mão-de-obra barata, pouco qualificada e precária. Portugal tem o menor custo de trabalho por hora da União Europeia a 15 (7,21 euros) abaixo, quer da Espanha (16,59 euros), quer da Grécia, e também por isso a economia continua a ter graves problemas. O País precisa de uma estratégia que articule o crescimento e a modernização da economia, com o progresso social assente em três eixos essenciais:

- **Dar prioridade ao sector produtivo, ao emprego e aos salários;**
- **Dinamizar a contratação colectiva e valorizar os direitos dos trabalhadores;**
- **Concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais.**

O principal problema do nosso país é a destruição do sector produtivo, pelo que a prioridade deverá ser dada ao seu reforço e modernização, articulada com a necessária qualificação da força de trabalho e a qualidade do emprego e com a melhoria dos salários.

PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O código do Trabalho, entre outros aspectos, serve de escudo protector do patronato, na sua cruzada para destruição da contratação colectiva e a revogação das suas normas gravosas é condição indispensável para a dinamização da contratação colectiva. É inadmissível que o PS, depois de, na oposição ao Governo PSD/PP, ter prometido que revia as normas gravosas do Código de Trabalho, agora no Governo apresente uma proposta que mantém a caducidade das convenções colectivas; recusa o princípio do tratamento mais favorável, dando a possibilidade das convenções disporem abaixo da lei; fragiliza a interpretação do Tribunal Constitucional quanto aos efeitos decorrentes da caducidade.

Há por isso que continuar a luta em defesa das posições assumidas pela CGTP-IN face ao Código do Trabalho e esclarecer e mobilizar, para que se intensifique a luta em simultâneo com a discussão pública e a votação na AR da proposta de revisão do Código proposta pelo Governo.

CONTRA UMA POLÍTICA DE BAIXOS SALÁRIOS

A CGTP-IN pugna por uma melhoria dos salários, incluindo a valorização do salário mínimo, e uma mais equilibrada repartição do rendimento entre trabalho e capital – exactamente quando os salários se reduzem e os lucros das empresas crescem a olhos vistos!

Impõe-se prosseguir a luta pelo aumento real dos salários como forma de combater o constante aumento do custo de vida.

POR UMA EFECTIVA JUSTIÇA NO TRABALHO

A justiça, hoje, com o aumento das custas judiciais, é praticamente inacessível aos trabalhadores. A nossa luta é também por mais e melhor justiça no trabalho, e visa o cumprimento das leis e da contratação colectiva e a efectivação dos direitos. Impõe-se a redução das custas judiciais e a garantia de acesso à justiça mediante apoio judiciário.

POR UM ORÇAMENTO DE ESTADO QUE REFLECTA AS ASPIRAÇÕES DOS TRABALHADORES

O orçamento de Estado, não pode ser mais um pacote de sacrifícios para os trabalhadores, mas sim um instrumento de desenvolvimento mais solidário e de mudança profunda. Não será com mais cortes nos investimentos, mais privatizações e mais restrições das funções sociais do Estado, penalizando os trabalhadores e as trabalhadoras e as classes mais desfavorecidas, e com políticas que tornam cada vez mais injusta a distribuição da riqueza, que o nosso País se desenvolverá.

Tal perspectiva significa mais desemprego, desvalorização do trabalho, menos protecção social, piores condições de vida das famílias, aumento do custo de vida e mais desigualdades o que é inaceitável e só pode ter como resposta o justo protesto e a luta dos trabalhadores.

POR UMA NOVA POLÍTICA

O país e os trabalhadores precisam e querem uma nova política.

- **UMA POLÍTICA DE DEFESA** da Contratação Colectiva e dos direitos nela consagrados.
- **UMA POLÍTICA QUE DEFENDA** o sector produtivo e a criação de emprego de qualidade.
- **UMA POLÍTICA QUE COMBATA** fortemente o desemprego e a precariedade de trabalho.
- **UMA POLÍTICA QUE POSSIBILITE** o crescimento real dos salários e que combata o custo de vida.
- **UMA POLÍTICA QUE PROMOVA** a justiça no trabalho.
- **UMA POLÍTICA QUE DEFENDA** a estabilidade laboral e a vida dos trabalhadores e das suas famílias.
- **UMA POLÍTICA QUE PUGNE** pela vida contra a exclusão social.